

TUGTE

*Dissertação
de
Mestrado*

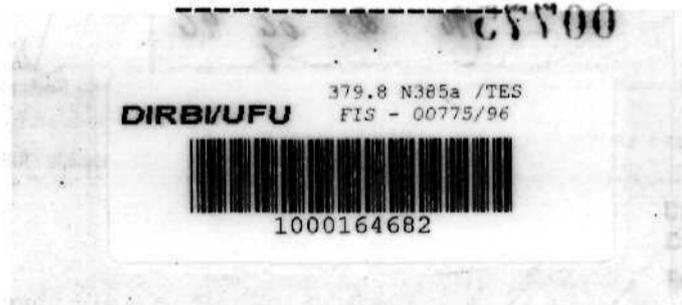
.OJ ON

O ACESSO AS ATIVIDADES DE LAZER PELA JUVENTUDE DE
RIO BRANCO - ACRE

"Um estudo sobre as atividades de lazer desenvolvidas pelos
alunos do 2º grau das escolas da rede estadual da cidade de
Rio Branco - Acre."

por

ROG GARCIA NEGRÃO



Ju
iversidade Federal de Uberlândia,
retoria do Sistema de Bibliotecas
registro Cancelado - Ano: 2004

Dissertação Apresentada à
Universidade Gama Filho
Mestrado em Educação Física
Como Requisito Parcial à Obtenção do
Título de Mestre em Educação Física

Março, 1991

FIS
379.8
N 385a
TES
ca. 1

GRUPO DE BIBLIOTECAS EDUCACIONAIS

O ACESSO AS ATIVIDADES DE LAZER PELA JUVENTUDE DE
RIO BRANCO - ACRE

"Um estudo sobre as atividades de lazer desenvolvidas pelos
alunos do 2º grau das escolas da rede estadual da cidade de
Rio Branco - Acre."

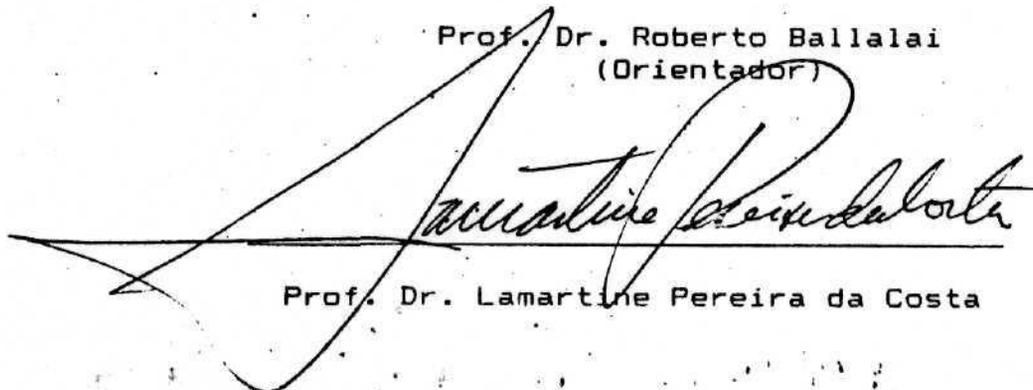
OG GARCIA NEGRAO

Apresenta a Dissertação

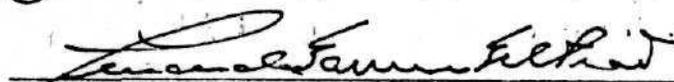
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Roberto Ballalai
(Orientador)



Prof. Dr. Lamartine Pereira da Costa



Profª. Drª Fernanda Barroso Beltrão

Março, 1991

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar junto a nova geração de adolescentes da cidade de Rio Branco - Acre, o acesso e o tempo dedicado nas diversas atividades de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico, tendo como

amostra indicativa 10% dos alunos matriculados no 2º semestre de 1989 do ensino de 2º grau das escolas da rede pública. O estudo foi feito a partir de uma visão funcionalista e de desenvolvimento pessoal e social, tendo como referência o continuum - liberador e transformador <-----> Lazer compensatório e alienado.

Ficou demonstrado neste trabalho que as características das atividades de lazer são resultantes de uma forma determinada de produção social, à qual corresponde uma forma concreta de relações sociais, envolvendo determinadas condições de vida - poder aquisitivo - e determinados padrões fortemente condicionados pelos mecanismos de produção e de controle culturais que determinam - inclusive no que respeita ao lazer - as opções das camadas de nível sócio-econômico mais baixas da população.

RESUME

Cette étude, a comme but celui de vérifier auprès de la nouvelle génération d'adolescents de la ville de Rio Branco - Acre, l'accès et le temps dédié aux différentes activités de loisir à l'égard du sexe et du niveau socio-économique.

Pour cela, un échantillon correspondant à 10% des élèves immatriculés au 2ème semestre 1989 du cours de 2ème degré des écoles du réseau public. L'étude a été abordé sur l'angle fonctionnel et de développement personnel et social, ayant comme référence le continuum -libérateur et transformateur<----->compensateur et aliéné.

Il reste, pourtant, démontré dans ce travail, que les caractéristiques des activités de loisir, sont le resultat d'une forme précise de production sociale, à la quelle correspond avec une forme concrète de rapport social, entourent certaines conditions de vie - pouvoir d'achat - et certains patrons culturels - patron de consommation, goût, pensée - fortment conditionée par les mécanismes de production et contrôle culturel que en suivent - inclusivement en ce que concerne au loisir - les options des classes socio-économiques plus basses de la population.

III
ÍNDICE

LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE ANEXOS	vi
INTRODUÇÃO	1
1. SÍNTESE HISTÓRICA E SUAS RELAÇÕES NO ESTADO DO ACRE ...	9
2. CONCEITOS DE LAZER	26
2.1. ORIGENS HISTÓRICAS DO LAZER	27
2.2. O LAZER E SUA AMBIGUIDADE	31
2.3. O LAZER EM NOSSAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS	44
3. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	54
3.1. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	64
3.2. ATIVIDADES FÍSICAS E SUA PRÁTICA NA CIDADE DE RIO BRANCO	113
CONCLUSÃO	151
BIBLIOGRAFIA	153
ANEXOS.....	A1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO

iv
LISTA DE QUADROS

Quadro 1- População, amostra projetada e real, conforme as escolas	56
Quadro 2- População e amostra conforme o sexo	57
Quadro 3- Amostra conforme o sexo e o nível sócio-econômico	69
Quadro 4- Tempo de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	70
Quadro 5- Tempo de lazer, em horas por semana, conforme os diferentes tipos de atividades	74
Quadro 6- Médias do tempo de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	76
Quadro 7- Médias do tempo dedicado a atividades físicas de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	78
Quadro 8- Médias do tempo dedicado a atividades manuais de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	81
Quadro 9- Médias do tempo dedicado a atividades estéticas de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	82
Quadro 10- Médias do tempo dedicado a atividades intelectuais de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e nível sócio-econômico dos alunos	84
Quadro 11- Médias do tempo dedicado a atividades sociais de lazer, em horas por semana, conforme o sexo e	

nível sócio-econômico dos alunos 85

Quadro 12-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo masculino, nível sócio-econômico baixo 87

Quadro 13-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo masculino, nível sócio-econômico médio 90

Quadro 14-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo masculino, nível sócio-econômico alto 93

Quadro 15-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo feminino, nível sócio-econômico baixo 97

Quadro 16-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo feminino, nível sócio-econômico médio 100

Quadro 17-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades de lazer, em horas por semana, por alunos do sexo feminino, nível sócio-econômico alto 103

Quadro 18-Comparação do tempo dedicado aos diferentes tipos
de atividades de lazer, em horas por semana,
pele total de alunos 106

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Questionário A.1
ANEXO 2 - Hierarquia das Profissões A
ANEXO 3 - Classificação das Atividades de Lazer A

INTRODUÇÃO

Pelo final da década de 70 do século passado, foi-se consolidando no Estado do Acre uma formação social regional comandada pelas relações do extrativismo e, posteriormente, em combinação com a agricultura de subsistência.

Essa formação, no decorrer dos anos, foi reproduzindo as novas gerações de trabalhadores e suas famílias, realizando o sincretismo cultural necessário à fixação do homem do sertão nordestino às condições naturais das florestas e dos rios e, enfim, configurando os laços complexos de identificação da população com a terra e a sociedade acreana.

A desagregação da economia da borracha acarretou um forte êxodo populacional em toda a Amazônia, e o Acre viu-se entre as regiões que perderam em muito sua população.

Entretanto, para os que ficaram, foi possível obter um gradual abrandamento dos laços de dominação, a ponto de inúmeros direitos terem sido alcançados paulatinamente. Devido à decadência da classe de seringalistas, a população adquiriu condições que a tornaram semelhante, em alguns pontos, a uma população de produtores livres.

Nesse período, nos anos 50, do século xx, as atividades de lazer eram desenvolvidas possivelmente em contato direto com a natureza, relacionando-se intimamente com as florestas e os

rios, numa prática naturalística com diversas festividades e jogos.

Mas, a partir da década de 1960, começaram a ser sentidas em toda a Amazônia as mudanças nas relações fundiárias, com a exploração da terra como investimento não produtivo, mercantilista e predatório (o que expulsa o homem), típico da região amazônica, como observa Silva (1982), "... medidas iniciais foram sendo aprofundadas e, definidas as políticas de infra-estrutura física, financeira e operacional, que tinham como objetivo incorporar a Amazônia à dinâmica de acumulação capitalista irradiada desde o Centro-Sul do país."

No Acre, os efeitos desse processo foram um pouco retardados e, de fato, começaram a ser sentidos nos primeiros anos da década de 1970. Distintamente de outras áreas da chamada fronteira amazônica do Acre, os grandes e médios fazendeiros e empresários, os chamados "paulistas", chegaram antes da população itinerante que vinha intensificando sua migração para a Amazônia desde os anos 60. Assim, quando as terras passaram a ser compradas pelos "paulistas" e, imensos seringais foram desativados, os conflitos que se sucederam colocaram os compradores de um lado e a população de trabalhadores rurais acreanos de outro.

Com a venda indiscriminada de terras, o acreano passou a enfrentar dificuldades, os conflitos se intensificaram, principalmente pela resistência oposta por seringueiros e trabalhadores em geral. Vale ressaltar aqui a pessoa de Chico Mendes, hoje símbolo de defesa da floresta

amazônica.

Com a chegada dos grandes grupos do Centro-Sul ao Acre, inicia-se o êxodo rural: milhares de famílias acreanas são expulsas, tendo de abandonar as colocações, colônias ou posses, subitamente transformadas em propriedades de grupos capitalistas e de fazendeiros sulistas.

Esta desarticulação da formação tradicional, esta invasão do espaço econômico e cultural da família acreana pôs em movimento numerosa população em direção às cidades, principalmente para Rio Branco - capital do Estado.

O quadro da população retirante nos bairros periféricos de Rio Branco é de miséria. Morando em arracos precários, e em ruas que surgem sem nenhum planejamento, esta população não tem o menor acesso às apregoadas vantagens materiais e culturais próprias dos meios urbanos, vivendo uma situação de proletarização absoluta em que, contudo, não se apagam as ligações com a terra e sua posse.

Mais uma vez, diferentemente de outras áreas amazônicas, o processo de expulsão no Acre, movido pela penetração do capitalismo e por má administração pública (que preservava uma política escravagista e visava aos interesses da classe dominante) incidiu sobre uma população secular na região e não sobre posseiros de outras regiões do país, estes com forte tradição de migração itinerante e débeis laços culturais de fixação ou identificação com qualquer espaço específico.

Assim, a grande maioria da população acreana reluta em abandonar seu chão. Os que se foram têm pretensões de retornar ao seu lugar de origem, com objetivo marcante de ser um produtor

independente.

Para reduzir os focos de tensões, o governo estadual começa a agir com intensidade, elaborando um calendário com grandes manifestações populares, bastante conservadoras, que busca a manutenção da ordem, instrumentalizando, supostamente, o lazer de forma funcionalista, como fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas. Estas manifestações são organizadas através de promoções dirigidas e predominam na capital do Estado, onde se concentra a grande população lumpênproletária.

Com isso, o acesso da população de Rio Branco às atividades de lazer passa a ser comandado por essas elites dirigentes. Com o tempo socialmente organizado, cortado em pedaços, resta ao cidadão acreano, freqüentemente, uma tarefa de simples executante, envolvido apenas em promoções estanques, com uma possível utilização do lazer como medicina social. Procuram impor a essa população uma política de lazer, para que a sociedade, supostamente, se conscientize de que o lazer é afirmativa de paz social.

Por entender o lazer não como um campo original de prática social, mas como uma maneira de entender esta prática, não como um conjunto de atividades coletivas ou individuais, mas como uma forma de classificar certas atividades individuais ou coletivas, submetendo-as a uma ordem própria, por considerar o lazer ambíguo, procurarei abordá-lo dentro do

Lazer continuum - liberador

e transformador <-----> compensatório
e alienado.

Considerarei válido partir da análise embasado no estudo desenvolvido pelo sociólogo Nelson Marcelino que considera como atitudes funcionalistas aquelas que teorizam sobre o lazer como uma prática utilitarista e compensatória e, num outro extremo, quando destacam valores de desenvolvimento pessoal e social.

Não pretendo com isto, fazer rotulações maniqueístas do pensamento manifestado pelos vários estudiosos do lazer. O reconhecimento deste duplo aspecto, embora quase unânime, faz variar os enfoques dados ao tratamento da relação do lazer entre os valores expressos pelas correntes utilitarista e compensatória ou de desenvolvimento pessoal ou social. Tudo isso confirma a ambigüidade do lazer.

No Acre, como já citamos, nos anos 50 as atividades de lazer eram desenvolvidas em harmonia com a natureza, ou seja, através de uma prática naturalística o homem acreano estaria utilizando o seu tempo disponível nessas atividades de lazer. Mas, a partir dos anos 60, com a formação do cinturão de miséria na cidade de Rio Branco, o que vemos é uma realidade que pouco valoriza os aspectos transformadores da consciência individual e coletiva. Com a constante interferência institucional nas atividades de lazer, o tempo disponível para esta prática ficou relacionado a interesses comerciais e classistas, resultando em repressão, manipulação e marginalização social. Hoje em dia em nível nacional, a

prioridade à exaltação do corpo assume uma posição fascista de culto ao homem forte e demolidor.

Atualmente, anos 89-90, uma nova geração de adolescentes, oriunda destas famílias tradicionais, fruto de todo este processo histórico, convive em nosso Estado com essa herança cultural imposta pelas elites dominantes.

É para essa nova geração de jovens acreanos que este estudo foi direcionado, com o objetivo de verificar o acesso e o tempo dedicado nas diversas atividades de lazer, em relação ao sexo e nível sócio-econômico.

Assim, foi escolhida uma população que tivesse certas características comuns bem definidas e que, ao mesmo tempo, não fosse demasiadamente ampla. Isto por razões de ordem prática, já que não seria possível trabalhar com todos os jovens de Rio Branco. Assim, foram escolhidos como amostra indicativa os alunos matriculados no 2º semestre de 1989 no ensino de 2º grau das escolas da rede pública da cidade de Rio Branco.

Considerando as atividades de lazer como cultura vivenciada no tempo disponível, não em contraposição mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, formulo como hipótese geral para posterior verificação:

H : Há diferença significativa do acesso e tempo dedicado às diversas atividades de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos alunos pesquisados. Analisarei cinco hipóteses específicas, após serem agrupadas as modalidades em cinco tipos de atividades, de acordo com a propriedade dominante em cada atividade. Baseio-me, para isso, na classificação efetuada por

Dumazedier: física, estética, manual, social e intelectual.

HIPÓTESES ESPECÍFICAS

1. Há diferença significativa do tempo dedicado à atividade física de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos pesquisados.
2. Há diferença significativa do tempo dedicado à atividade manual de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos pesquisados.
3. Há diferença significativa do tempo dedicado à atividade estética de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos pesquisados.
4. Há diferença significativa do tempo dedicado à atividade intelectual de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos pesquisados.
5. Há diferença significativa do tempo dedicado à atividade social de lazer em relação ao sexo e nível sócio-econômico dos pesquisados.

Para efeito metodológico, o trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro, procuro descrever de forma sucinta o movimento populacional e suas relações sociais no Estado, procurando oferecer ao leitor informações básicas sobre o Acre.

No capítulo II procuro descrever alguns conceitos de lazer, bem como definir qual será o considerado neste trabalho:

Analisar de maneira sintetizada as origens históricas do lazer; analisar algumas teorias que expressam atitudes funcionalistas ou quando destacam valores de desenvolvimento pessoal e social, não radicalizando as posições de forma maniqueísta mas, para ressaltar o quanto o lazer é ambíguo, tendo como parâmetro o continuum citado nesta introdução; analisar o lazer em nossas Constituições Federais, já que este trabalho tem como paradigma o político-institucional.

No terceiro capítulo, que é dirigido à operacionalização da pesquisa, procuro verificar as hipóteses formuladas, geral e específicas, onde analiso o tempo e o acesso nas diversas atividades de lazer.

Na conclusão faço uma análise, procurando estabelecer alguns elementos que considero de fundamental importância na liberação do indivíduo para a prática das diversas atividades de lazer.

CAPÍTULO I

1. "SÍNTESE HISTÓRICA E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS NO ESTADO DO ACRE"

O pós-guerra presencia, entre tantos outros fatos, fenômenos e processos que se sucederam, em ritmo acelerado, à gradual abertura da Amazônia, promovida pela ação do Estado,

às múltiplas facetas dos interesses econômicos e políticos assentados no Centro-Sul e desdobrados nas ramificações com capitais monopolistas internacionais.

O Acre também não permaneceu imune aos efeitos desencadeados em toda a Amazônia pela seqüência de planos, obras, recursos, promessas e atuações governamentais que vão se sucedendo principalmente a partir da década de 1950. Os reflexos dessa situação atingiram direta e indiretamente a organização interna do Acre, em proporções que até hoje não podem ser integralmente definidas. Como marcos dessa escalada, podem ser citadas as modificações na política estatal de crédito à borracha, a concorrência da produção de borracha sintética no sul do país, a transformação do Território em Estado no ano de 1962 e a ligação rodoviária que chega ao Acre no final da década de 1960, permitindo o eixo rodoviário com o Centro-Sul. No início da década de 1970, a criação de novas rodovias e as políticas oficiais de colonização produziram o impacto decisivo sobre

o isolamento relativo em que o Acre se achava mergulhado.

Extensas áreas eram passíveis de ocupação demográfica ou econômica em toda a Amazônia legal, na virada da década de 1970. A partir de 1972 tornam-se maduras as condições para a integração do Acre, pelo processo de ocupação da fronteira amazônica ao novo ciclo de expansão nacional do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, essa expansão trouxe ao Acre, "com os grandes lucros acumulados no período do milagre econômico brasileiro, o grande capital nacional e estrangeiro"¹. Os motivos que justificam essa vinda residem na parafernália dos incentivos fiscais, dos créditos subsidiados e no baixíssimo preço da terra. Em segundo lugar, a chegada de pequenos e médios proprietários, em geral paranaenses e gaúchos, que "vieram para a Amazônia, para o Acre, atraídos não tanto pelos incentivos, mas pelo diferencial do preço da terra entre o sul e o Acre"².

As terras vendidas, o que aconteceu entre 1972 e 1974, pertenciam a antigos seringais cujos seringalistas, falidos ou endividados com o Banco da Amazônia, encontraram na venda das terras uma solução aparente para suas dificuldades. Mas, diferentemente de Rondônia, Mato Grosso ou sul do Pará, as pessoas de fora que estavam interessadas na terra não eram os pequenos agricultores ou trabalhadores sem terra em busca de lugar para o trabalho. No Acre, os grandes empresários, os grileiros e os especuladores chegaram antes e se lançaram vorazmente à compra de terras em todo o

Estado. Os "paulistas", como passaram a ser chamados os grandes compradores de terras, eram de São Paulo, Minas Gerais, mas em sua maioria eram realmente de São Paulo, arremataram, em verdadeiros leilões, terras por preços incrivelmente baixos. Os casos que ainda hoje são contados no Acre descrevem vendas que vão de 30 centavos até dois cruzeiros por hectare, o que era inteiramente defasado em relação ao preço médio da terra no Brasil. Na retarguarda desse movimento, chegaram algumas centenas de pequenos e médios proprietários, que haviam vendido suas propriedades, quase sempre de dimensões menores, no Paraná ou em outras áreas do sul e, com o pequeno capital adquirido, compravam maiores extensões de terra no Acre - em sua maioria na região do Abunã - Vila Extrema - com intenções não de especular, mas sim de se tornarem agricultores bem sucedidos.

Com a venda indiscriminada de terras, o acreano passou a enfrentar crescentes dificuldades a partir de 1974-75. Na realidade, em muitos casos, os seringalistas que vendiam as terras não eram seus proprietários-legais, mas unicamente detentores do direito de exploração dos seringais, direito esse que somente poderia vigorar no período heróico do extrativismo e do avilamento. Em face dos conflitos que começaram a se intensificar, principalmente pela resistência oposta por seringueiros e trabalhadores rurais em geral, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) passou a intervir na questão fundiária acreana.

Constatou-se que a base jurídica da questão fundiária acreana era muito mais complexa do que se poderia imaginar.

proliferando títulos de procedências distintas e duvidosas. Por esse motivo, o governo passou a reconhecer como legais unicamente os títulos de propriedade expedidos pelo governo da Bolívia, pelo Estado Independente do Acre (Plácido de Castro) e pelo governo do Estado do Amazonas, títulos esses que não são muito numerosos, principalmente porque uma das características básicas da economia da borracha consistia no fato de ser a terra que tinha valor, mas sim o número de estradas de seringa, sobre as quais, então os seringalistas tinham o direito de exploração.

Questões formais como as de natureza legal podiam ser enfrentadas pelo poder econômico dos grandes compradores de terras. Assim, "a falsificação e a grilagem se apoiaram em recursos fantásticos: há títulos de 1889, onde as áreas reclamadas pelos proprietários faziam fronteira com a República del Perú, quando a história mostra que tal fronteira só foi demarcada em 1909. Há títulos bolivianos que concedem "tierras devolutas" quando em castellano as terras devolutas são chamadas de tierras baldias... Há de tudo, até mesmo sofisticadas falsificações de jornais do século passado, para garantir investimentos especulativos em terras que hoje já valem até

4

Cr\$ 15 mil o hectare".

.1s2

A ação do Inbra no sentido de arrecadar as áreas devolutas para o patrimônio da União, além de lenta, estarra nas estratégias postas em prática pelos grandes compradores de terras, em geral representantes de importantes grupos empresariais do Centro-Sul, que visam assegurar a partilha e a valorização das terras acreanas em benefício próprio. Ademais, até muito recentemente (1985), os organismos do governo federal muito pouco interessados se mostraram em contrariar os interesses especulativos dos "paulistas" no

Acre.

Apesar das dificuldades, o caminho permaneceu livre para o capital do Centro-Sul. Devido ao fato de que no Acre os grupos capitalistas e os fazendeiros médios chegaram antes da população migrante de camponeses e trabalhadores que pretendiam organizar suas agriculturas, a estrutura agrária acreana reflete o peso da presença hegemônica dos grandes grupos. Assim, na região norte, a concentração de terras, observada entre 1972 e 1976 foi intensa; segundo os cadastros do INCRA,⁵

A chegada dos grandes grupos do Centro-Sul ao Acre foi, portanto, mais intensa entre 1972 e 1974, prosseguindo mais lentamente a partir de então, sem retroagir. As informações oficiais, contidas nos cadastros do INCRA, segundo se pode deduzir de informações não oficiais que circulam na região, não são capazes de relacionar todas as áreas efetivamente já em poder dos grandes grupos e, principalmente, de distinguir os proprietários reais de simples testas-de-ferro. Tendo em vista as potencialidades presumíveis de determinadas áreas no Estado do Acre (vale do Juruá), existem indícios de que importantes partes dessas áreas já pertencem, de alguma forma, a grupos empresariais de fora. Por esse motivo, existem controvérsias acerca da proporção real das terras acreanas já controladas pelos grandes grupos "paulistas". As primeiras informações sobre o assunto falavam em 5 milhões de hectares,⁶ o que representa um terço da superfície total do Acre. Posteriormente, outras fontes chegavam a avaliar em 8 milhões

UFPA/DIRGEM/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

de hectares, enquanto que o relatório do INCRA, citado pelo jornal Varadouro⁷, aparentemente baseado em dados de recadastramento de 1978, registrava 218 latifúndios por dimensão, com área total de 5,8 milhões de hectares e 3.102 latifúndios por exploração, abrangendo 6,4 milhões de hectares. Assim, 80% das terras acreanas estariam em mãos de grandes proprietários.

A pecuária extensiva, propagandeada como futuro fator de desenvolvimento do Acre, a ponto do então governador Wanderley Dantas (1970-1974) dizer, segundo o jornal "Estado de São Paulo", de 13/10/71, que "depois da Transamazônica, o Acre é o melhor lugar para investir no mundo", não se mostrou absolutamente dinâmica em todo esse período. Como os pontos divisórios do Acre chegam a distar apenas 800Km do oceano pacífico, um dos argumentos mais fortes em favor da pecuária era que uma futura conexão com a rede viária, aberta pela Transamazônica com as rodovias peruanas, abriria o mercado japonês, via Pacífico, para a carne bovina e derivados produzidos no Acre. Diversos fatores (externos), incluindo-se os provenientes dos problemas que a economia brasileira passou a enfrentar a partir de 1973-74, contribuíram para paralisar o ritmo das obras (estradas, infra-estrutura, etc.) na Amazônia, para congelar a abertura para o Pacífico e para manter a situação de semi-isolamento em que o Acre estava mergulhado há décadas.

Nesse contexto, não é difícil compreender a opção dos

grandes compradores, beneficiados pelos preços, pelos incentivos, pela violência e pelas fraudes, em continuar se apropriando das terras, mantendo-as paradas como forma de assegurar a sua valorização especulativa. Paralelamente, terras que foram compradas a preço irrisório foram revendidas com lucros fabulosos. A marcha da especulação, alimentada por mitos de todo o tipo, não sofreu nenhum golpe mais profundo durante esses últimos anos, embora em algumas áreas venha enfrentando a oposição crescente de seringueiros e posseiros residentes.

A ocupação dos vales do Acre e do Juruá seguiu padrões distintos, a partir de 1972. Enquanto no primeiro, que compreendia então as vilas de Extrema e demais municípios, a existência de uma rede mais ampla de estradas, capitaneada pela BR-364, favorecia a intensificação do contato com frentes demográficas externas, o segundo, compreendendo então os municípios de Cruzeiro do Sul e outros, achava-se permanentemente isolado, sem estradas trafegáveis e, portanto, quase inacessível à penetração de migrantes de todo tipo, inclusive pequenos e médios proprietários. Tais requisitos condicionaram de certa forma as características da expansão demográfica e econômica, contribuindo para que no vale do Acre predominasse a presença de pequenos e médios agricultores/fazendeiros, (paranaenses, paulistas, etc.), em grande número dedicados à pecuária e também a algumas culturas comerciais. Simultaneamente a esses proprietários que haviam sido atraídos pelo diferencial dos preços das terras acreanas em relação ao Sul, onde, em geral, já eram pequenos e médios

proprietários rurais, chegavam, também, algumas centenas de famílias mais pobres, procedentes do Paraná, que vinham em busca de lotes para formação de colônias e cujas origens estão contidas na frente demográfica que durante a década avançou por Mato Grosso e Rondônia e que, só muito marginalmente, atingiu o Acre. Recentemente, alguns grupos mais fortes parecem estar se estabelecendo mais solidamente no vale do Acre e a tendência observada é a de se instalarem no trecho Rio Branco-Xapuri, onde as garantias para escoamento da produção e valorização fundiária a curto prazo são mais seguras.

No vale do Juruá, de difícil acesso, predominam os grandes grupos, especialmente entre Feijó e Tarauacá, voltados para a especulação fundiária, com projetos de fachada e exploração, em bases tradicionais, da seringa nativa. Assim nota-se que o território acreano não foi palco significativo para a numerosa frente camponesa que durante a década estendeu-se pela Amazônia Ocidental. É oportuno frisar que, no Acre, o capital chegou realmente antes dessa frente atual, embora não tenha aportado em espaços demograficamente vazios. Não obstante, os dados permitem confirmar que na área mais devassada, representada pela microrregião do Purus, a taxa de crescimento ligeiramente mais elevada, sugere a existência de um pequeno fluxo migratório, desviado da frente demográfica que movimentou-se na década - pela Amazônia Ocidental. O que se observa é uma perda populacional, possivelmente em direção a Manaus ou Rio Branco, que espelha

a lógica férrea do poder dos grandes grupos na região e de suas políticas de valorização das terras paralelamente à manutenção de atividades e formas de subordinação tradicional.

Desse modo, enquanto o Juruá parece confirmar, pelo menos provisoriamente, a estratégia genérica de fechamento da fronteira pelos grandes grupos, já na microrregião do vale do Acre, especialmente no trecho Extrema-Rio Branco-Xapuri, a emergência de processos e situações mais complexas conduz à formação de um painel mais diversificado de fenômenos demográficos e sócio-econômicos.

Como ponto fundamental, deve-se assinalar que o vale do Acre sempre foi a parte mais habitada do Estado e onde as atividades extrativas, a partir dos seringais, mais intensamente combinaram o tripé borracha-castanha-madeira com a agricultura comercial e de subsistência, o que importa dizer tratar-se da região onde a economia e a sociedade acreana estavam melhor organizadas. As implicações da chegada dos grandes grupos e dos pequenos e médios agricultores do Centro-Sul são, por conseguinte, não negligenciáveis. Diferentemente de outras regiões da Amazônia, a penetração do capital no Acre não ocorre sobre áreas vazias ou de posse camponesa recente mas, sim, sobre áreas historicamente já ocupadas e organizadas há décadas: áreas em que a população trabalhadora, desde a força de trabalho dos seringais até os colonos autônomos e os posseiros, vinha, mercê de um processo que se desenvolvia desde a crise da borracha de 1913, assumindo laços crescentes de identificação com a terra e com

a cultura própria que se formava através de um pouco estudado sincretismo cultural.

Os interesses que mobilizaram os empresários, especuladores e fazendeiros do Centro-Sul eram naturalmente alheios às necessidades da organização social local. Ditos grupos estavam muito pouco interessados na extração de borracha, por exemplo, e estavam menos interessados ainda em seringueiros, trabalhadores rurais ou posseiros residindo nas terras dos antigos seringais que iam sendo comprados.

"Essa região foi violentamente afetada pela brusca substituição da tradicional atividade extrativista da seringa pela agropecuária (muito mais pecuária, marcadamente extensiva). Os antigos seringais transformaram-se rapidamente em pastos; agravaram-se os conflitos pela posse da terra. Cresceu o fluxo migratório campo-cidade com a substituição do homem pelo boi. Foi na região do vale do Acre que se verificou um impacto de maior profundidade

9
nas relações capital-trabalho".

.1s2

As contradições entre os "paulistas" e os trabalhadores acreanos, além de exprimirem as contradições gerais entre o capital e o trabalho, são agudizadas pelo fato dos compradores de terras requererem por todos os meios a "limpeza" das terras, ou seja, a saída dos moradores e suas famílias que, em sua maioria, as ocupavam há décadas. Pela lógica dos especuladores, é necessário expulsar a força de trabalho residente para que a terra não se deprecie; é também necessário garantir a propriedade de fato e afastar as reivindicações de posse. Por outro lado, em relação às necessidades de mão-de-obra, quando os proprietários estão interessados na produção, as atividades pecuárias requerem

poucos trabalhadores para as tarefas habituais e, em consequência, racionalizam a expulsão da força de trabalho.

A expulsão das terras e os movimentos itinerantes de população representaram um fenômeno mais intenso nos primeiros anos da chegada dos "paulistas" no vale do Acre. Com as terras sendo progressivamente ocupadas e os antigos seringais vendidos ou desmembrados, tomou corpo uma profunda desorientação entre a população rural acreana, a partir da destruição de seu modo de vida e cultura. Mesmo decadente, a sociedade e a cultura herdadas dos antigos seringais estava em processo de adaptação por parte dos seringueiros e trabalhadores rurais que iam, simultaneamente com as relações antigas, criando formas novas, baseadas em um crescente acesso a meios de subsistência e de produção. O choque das novas formas de produção e relações de trabalho, acelerando brusca e velozmente a desarticulação da formação tradicional, ou seja, a invasão do espaço econômico e cultural moldado em várias gerações da força de trabalho e da família acreana, pôs em movimento numerosa população, unicamente acostumada à extração da seringa e agricultura de subsistência.

Com as consequências da expansão da fronteira capitalista sobre o Acre e os altos índices de tensão social produzidos pelos conflitos de terra em toda a Amazônia, com a crescente organização do semi proletariado e semi campesinato rural em sindicatos de trabalhadores, com o crescimento das lutas e as queixas e exigências dos grandes empresários, especialmente os da Associação dos Empresários da Amazônia

(sintomaticamente estabelecida em São Paulo), o governo federal começou a agir com intensidade redobrada nos anos 70 na Amazônia. Essas ações têm geralmente se orientado no sentido de reduzir os focos de tensão e de aplinar o terreno onde grandes projetos microindustriais e agropecuários estão em fase de planejamento e até mesmo de implantação. No Acre, as ações têm sido dirigidas predominantemente na direção de contornar os graves conflitos de terra, que se multiplicaram em diversas formas e frentes no biênio 1979-
10
80 .

Não existem dados seguros e absolutamente viáveis de que realmente o Acre venha a cumprir um papel produtivo importante no processo de expansão da fronteira capitalista na Amazônia, pelo menos a curto ou médio prazo. Entretanto, alguns indícios sugerem que essa não é uma possibilidade descartável na seqüência de desdobramentos naturais da intensificação da ocupação capitalista na Amazônia. Certamente, a efetiva realização desses prognósticos depende igualmente do reverso da medalha, ou seja, da capacidade não só de resistência mas, principalmente, de ação concreta e alternativa eficaz por parte dos vários segmentos da força de trabalho ou, mais precisamente, do conjunto dos trabalhadores brasileiros, amazônicos e acreanos. De qualquer maneira, esta é uma incógnita que somente pode ser resolvida no grande embate das contradições sociais no Brasil.

No caso do Acre, existem duas frentes principais que polarizam os possíveis interesses dos grandes grupos

agropecuários do Centro-Sul: os programas de seringais de cultura e abertura para o Pacífico. Em nenhum dos casos se trata de propostas novas, mas apenas de planos anteriores que progressivamente vão se tornando mais viáveis às perspectivas econômicas dominantes. Com efeito, além de algumas iniciativas mais restritas no campo da agropecuária e do extrativismo tradicional como, por exemplo, a implantação das chamadas miniusinas como forma de avanço técnico no processo de defumação do látex, o Acre não apresenta outras perspectivas econômicas, a curto ou médio prazo. Nesse sentido, uma bem ilustrada compilação e descrição atualizada do potencial amazônico no campo das jazidas, depósitos e principais ocorrências minerais, feita por Breno dos Santos, em 1981¹¹, praticamente não menciona o

Acre entre as áreas com reservas minerais conhecidas. Assim, no contexto da valorização capitalista da propriedade rural no Acre, crescem de importância os aspectos referentes ao seringal de cultivo e às possibilidades abertas pelos planos de conexão rodoviária até o Pacífico, possibilidade que se coloca ao alcance dos interesses dos grupos sulistas no Acre, através de ligações com o Peru. A iniciativa para a consecução desse eixo foi decidida em junho de 1981, por ocasião da visita do presidente daquele país, prevendo-se que em 1984 ou 1985 as obras poderiam estar concluídas.

A execução deste eixo rodoviário e a ligação com o Peru até o oceano pacífico era uma aspiração há muito tempo desejada pelos grupos sulistas que compravam terras no Acre. Em última análise, abrem-se renovadas perspectivas para a

produção de carnes e derivados nessa parte da Amazônia, visando ao comércio com o Peru e o mercado asiático (japoneses em primeiro plano). Uma coisa é certa: a política de especulação de terras por parte dos grupos sulistas no Acre foi fartamente recompensada com a valorização proporcionada pelas obras que estão sendo anunciadas, pois, com essa grande valorização, tais grupos se dedicarão a uma realização adicional de valor, com base em atividades produtivas na agropecuária.

O fato é que o Acre poderá efetivamente se tornar viável a atividades produtivas como criação de pecuária e industrialização da carne e leite (atividade típica de grandes grupos de frigoríficos e laticínios na Amazônia), cana-de-açúcar, cacau e seringal de cultivo. A prática de especulação com terras atinge diretamente a população acreana, por expulsá-la da terra, proletariá-la e concentrá-la nas cidades como superpopulação relativa. Ao lado da luta pela terra, a força de trabalho, expropriada e livre nos bairros periféricos e nas colônias empobrecidas, luta também pelo trabalho e pela sobrevivência familiar. A prática de especulação é, pois, duplamente contrária ao povo acreano. A intensificação das atividades produtivas, com base nos requisitos já assinalados, representaria a efetiva transformação dessa população tornada excedente em força de trabalho assalariada ou em colônias (semicamponesas, semiproletárias) dependentes de uma agro-indústria capitalista. Por outro lado, pode não ter se encerrado ainda

o ciclo de migração da força de trabalho no Acre. Além da luta por terras da própria população acreana, a abertura das estradas muito possivelmente contribuirá para o redirecionamento de parte da corrente migratória de pequenos proprietários e trabalhadores rurais que até então atingia Rondônia e quase sempre margeava o Acre, começando a dirigir-se para a localidade de Extrema. Essa migração de fora deverá exercer um papel importante na questão fundiária no Acre, estimulando simultaneamente a questão da força de trabalho e do crescimento urbano.

Tais são as perspectivas deparadas pela expansão da fronteira capitalista no Acre. Nesse processo, a população acreana vai experimentando e criando novas formas de reprodução, sob a hegemonia da classe dominante.

Uma população que vive em sua posse-colônia ou colocação, num período em que a desagregação da economia da borracha desencadeou a decadência do poder da classe de seringalistas, obtendo com isso um gradual abrandamento dos laços de dominação. Provavelmente suas atividades de lazer eram desenvolvidas junto à natureza através de uma prática naturalística.

Com a desarticulação dessa formação tradicional, com a invasão do espaço econômico e cultural da família acreana, com o esvaziamento da população rural em direção à cidade de Rio Branco, temos hoje, uma nova geração de adolescentes, em sua maioria filhos dessa população migrante. Assim sendo, me proponho verificar que tipo de atividades de lazer desenvolvem atualmente e qual o tempo dedicado a essas atividades tendo

como variáveis o sexo, as atividades de lazer e o nível sócio-econômico dos pesquisados.

Com todos estes acontecimentos se sucedendo no estado, uma nova geração de adolescentes convive com este processo histórico, tendo como possíveis fatores limitadores do tempo disponível no acesso às diversas atividades de lazer, os aspectos econômico e social. Com isto no próximo capítulo procuro descrever alguns conceitos de lazer e analisar de maneira sintetizada suas origens históricas. Como também procuro analisar algumas teorias que expressam o quanto o lazer é ambíguo, quando destacam valores funcionalistas ou quando manifestam valores de desenvolvimento pessoal e social, tendo como parâmetro o continuum já citado na introdução deste trabalho.

Concluo o capítulo II fazendo uma análise de nossas constituições federais, focalizando a ênfase que é dada ao lazer, tendo como paradigma o político-institucional.

UFU/DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

NOTAS

1. Paula, João Antonio de, notas sobre a economia da borracha no Brasil, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1980.
2. Ibid., p.21.
3. Uma descrição do tipo e situação atual das atividades desses pequenos e médios agricultores está no relatório de entrevistas concedidas por habitantes da região da Ponta do Abunã - Extrema.
4. Jornal "O Globo", Rio de Janeiro, Panorama Econômico 87, de 29/05/87.
5. Ministério da Agricultura e CEDEPLAR, relatório - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA DA AMAZÔNIA, Belo Horizonte, 1979, mimeo.
6. Greshi, Dom Moacir, depoimento no CPI da Terra, SEDoc, Rio de Janeiro, vol. 10, outubro/novembro de 1977 e Dias, Antonio, Acre: Uma História de Lutas, CADERNOS do CEAS, Salvador, nº 65, janeiro/fevereiro de 1980.
7. Jornal "Varadouro", Rio Branco, nº 19, maio de 1980.
8. Silva, Adalberto Ferreira da, Um comentário sobre a Expansão Recente do Capitalismo no Acre, Rio Branco, 1980, mimeo.
9. Ibid., p.12.
10. O jornal "Varadouro", Rio Branco, edições de 1980 e 1981, acompanhou os acontecimentos e registrou os interesses por trás de cada caso.
11. Santos, Breno Augusto, Amazônia: Potencial Mineral e Perspectiva de Desenvolvimento, São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1981.

CAPÍTULO II

2. CONCEITOS DE LAZER

Nas várias abordagens sobre o conceito de lazer, podem-se distinguir duas grandes linhas: uma que enfatiza o aspecto atitude e outra que privilegia o aspecto tempo.

O aspecto atitude considera o lazer como um estilo de vida, independente de um tempo determinado, sendo caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida. Isto constitui a satisfação provocada pela atividade, podendo qualquer situação se apresentar como oportunidade para a prática do lazer.¹

O aspecto tempo situa-o como liberado do trabalho, ou como tempo livre, não só do trabalho, mas de outras obrigações - familiares, sociais, religiosas - destacando a qualidade das ocupações desenvolvidas.²

O lazer como tempo livre sofre certas críticas, como a do sociólogo Nelson Marcelino que diz:

"... tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social", e define que "... o ideal seria desenvolver sua ação no "tempo disponível", abrangendo os cinco grupos de interesses, seja: exercitando o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual e o relacionamento social, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse".³

Assim, entre os vários aspectos do lazer, cabe aqui citar o conceito de Marx que diz que "... o lazer constitui o espaço que possibilita o desenvolvimento humano";⁵ o de Proudhon que enfatiza o lazer como "... o tempo que permite as "composições" livres", e o de Engels que pede a

diminuição das horas de trabalho "... a fim de que todos tivessem tempo suficiente para participar dos negócios gerais da sociedade"⁶.

Gramsci assinala que o papel do intelectual com relação ao lazer é o de manter uma postura crítica, e não de considerá-lo como algo bizarro.⁷ Como seu conceito de cultura popular não é populista, pois supõe a crítica da base popular,⁸ ele relaciona como integrante da cultura popular "o teatro, as bibliotecas, os museus, os jardins zoológicos, os hortos florestais, etc"⁹, justificando que os "... serviços intelectuais são elementos de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno"¹⁰.

Assim, só tem sentido se falar em aspectos do lazer se esse for considerado como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo como objetivo contribuir com a classe trabalhadora para que esta se organize, para que possa alcançar uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social.

Entre os vários conceitos aqui citados, adoto, para fins dos objetivos deste trabalho, o conceito defendido pelo sociólogo Nelson Marcelino, quando enfatiza o "tempo disponível", dizendo que

"... a instrumentalização do tempo disponível das pessoas, só tem sentido na medida em que essas mesmas pessoas sejam menos pressionadas por uma estrutura sócio-econômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria, cujo tempo, quando não é desocupado pela incapacidade do modelo econômico imposto pela classe dominante de nosso país"¹¹.

2.1 - ORIGENS HISTÓRICAS DO LAZER

O sociólogo José Vicente de Freitas Marcondes faz uma síntese histórica do lazer que procurarei relatar de forma sucinta, assinalando alguns pontos que considero mais importantes.

O autor mostra que em todas as épocas o lazer foi uma decorrência do trabalho; obviamente, em algumas épocas, o trabalho ocupava quase todo o tempo do homem e, neste caso, o lazer era uma prerrogativa especial de certas classes sociais, intelectualizadas ou abonadas. Isto ocorreu e perdurou durante séculos. Na civilização grega, por exemplo, o desprezo ao trabalho era notório. Sócrates, Platão e Aristóteles pregavam e defendiam a aristocracia do espírito ou a intelectual. Trabalho e filosofia ou artes eram elementos opostos, conflitantes. Na hierarquia das classes sociais, depois dos filósofos ou governantes, vinham os militares - que também não deviam se preocupar com o trabalho, notadamente o manual. Estes e aqueles podiam usufruir determinados tipos de lazer, inclusive os requintes e os favores artísticos, enquanto que aos escravos só restava o trabalho, coisa intrinsecamente considerada vil e degradante aos olhos da aristocracia. Tanto a civilização grega como a romana mantiveram o status quo.

A era cristã, continua o autor, iniciou a valorização do trabalho. Mas muito lentamente. A jurisprudência costumeira, os mores seculares constituíam barreiras quase que intransponíveis. As religiões, indiretamente, endeusavam esse estado de coisas, muito embora os evangelhos pregassem o

contrário. Pregavam mas não eram praticados. Isto também durou séculos, inclusive entre nós. É sabido que a igreja católica endossava a filosofia escravocrata; o conformismo e a acomodação dos padres era evidente, sendo que muitos deles moravam em grandes casas e sacramentavam a ação patriarcal. Mesmo porque, como assinala Gilberto Freire, a igreja quase sempre fazia parte da casa grande. Para o patriarca e seus familiares pouco trabalho e muito prazer, mas para os escravos, nas senzalas, muito trabalho e quase nenhum lazer.

Requixa, em seu texto "Lazer no mundo moderno", observa que a Revolução Industrial, pelo menos no seu início, não conseguiu satisfazer as necessidades materiais dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ainda lhes suprimiu aqueles direitos a que já estavam acostumados. "... Diminuiu o tempo livre e desapareceu aquela relativa segurança social"¹³. No mesmo texto o autor diz que a civilização industrial só se assegurou plenamente com um consumo em larga escala e para um número cada vez maior de pessoas. De sorte que esta expansão do consumo só poderia acontecer com o aumento do poder aquisitivo. Foi o que aconteceu, comenta Requixa: os trabalhadores não apenas tiveram aumentado o seu poder aquisitivo, o seu poder de consumo, como também tiveram aumentado o seu tempo livre,

"... que o tempo livre, é o tempo ideal para o próprio consumo, então chega-se a este momento da história da humanidade em que as massas trabalhadoras passam a existir como uma realidade social significativa e como realidade social significativa também se voltam para o lazer. Também querem usufruir"¹⁴

dos valores do lazer".
Dessa forma, podemos afirmar, em síntese, que foi a